

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Dia

Class.: 67

Data: 21.09.89

Pg.: _____

Funai garante patrimônio indígena

PORTO VELHO, (EBN-O DIA). A Funai está tomando uma série de medidas contra invasores de reservas indígenas em Rondônia e no Mato Grosso, revelou o procurador-geral do órgão, Irineu Oliveira Filho, antes de embarcar para Brasília. Ele permaneceu uma semana em Rondônia a fim de solucionar o problema do posto indígena de Igarapé Lourdes, no município de Jiparaná, a cerca de quatrocentos quilômetros desta capital.

De acordo com Irineu Oliveira, a situação naquela área é "preocupante", pois a grilagem do território Arara e Gavião envolve até mesmo a administração do distrito de Nova Colina, pertencente a Jiparaná. Por esse motivo, agentes da Polícia Federal e um contingente da polícia militar deslocaram-se para a área, onde guarnecerão o trabalho de dois oficiais de justiça que há três dias iniciaram a notificação de parte dos trezentos invasores.

O procurador-geral da Funai disse que o órgão não abrirá mão da garantia do patrimônio indígena, apesar dos problemas sociais que possam ser causados. Na próxima segunda-feira a 8ª delegacia entrará na justiça com uma ação de esbulho possessório contra o administrador de Nova Colina, Usino Caetano de Andrade,

pelo fato de ter invadido a reserva do Lourdes e, ainda por incentivar a outras pessoas que agissem da mesma forma.

A Funai manterá com o In-cra todos os entendimentos necessários ao assentamento das famílias de posseiros, embora a coordenadoria especial tenha dito que se encontra impossibilitada de assentá-las, antes das 20 mil famílias que aguardam terras em Rondônia.

Outra ação que a Funai dará entrada na justiça, é contra a Madeirêira Comex (Comercial Madeirêira Exportadora de Madeira Ltda), sediada no município de Pimenta Bueno, na BR-364. Essa empresa é acusada de retirar madeira - fato que já está sendo apurado pela Polícia Federal - na reserva dos índios Cinto-Larga, no Igarapé Roosevelt. "São dezenas de caminhões que deixam o local diariamente, o que tem provocado a revolta da tribo e poderá redundar em danos irreparáveis ao seu patrimônio", assinou o procurador-geral.

Irineu Oliveira revelou que a Comex havia feito um pedido à 8ª delegacia, para explorar a madeira, todavia indeferido. Cabe, agora - esclareceu - uma ação cível, pela qual estipularemos inclusive uma indenização aos índios.